

1                           **ATA DA 335<sup>a</sup> ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**  
2  
3  
4

Realizada em 12 de dezembro de 2016

5                           Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às catorze horas, foi  
6                           realizada a trecentésima trigésima quinta, Assembleia Ordinária do Conselho Estadual  
7                           de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede,  
8                           localizada na Rua Correia de Araújo, nº 93, Graças, Recife, PE. Registra-se a presença  
9                           dos seguintes conselheiros(as): Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro  
10                          de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Lourdes Viana Vinokur,  
11                          titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP; Cássia Valéria  
12                          de Souza, suplente da Secretaria de Educação; Daniélle de Belli Claudino, suplente do  
13                          Gabinete do Governador; Patrícia Almeida, titular da Secretaria de Planejamento e  
14                          Gestão – SEPLAG; Elisângela Pereira da Silva, suplente da Associação de Karatê Goju-  
15                          Ryu de Pernambuco; José Ricardo de Oliveira, titular do Centro Dom Helder Câmara de  
16                          Estudos e Ação Social – CENDHEC; Solange Loureiro, suplente da Secretaria da  
17                          Saúde; Daniel Pereira Barros, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança  
18                          e Juventude; José Rinaldo Carvalho da Silva, suplente da Secretaria de  
19                          Desenvolvimento Social; Eliane Maria de Castro Silva, suplente da Inspetoria Salesiana  
20                          do Nordeste do Brasil – ISNEB; Tarciana dos Santos Castelo Branco, suplente da  
21                          Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE. Registra-se  
22                          também a presença da equipe técnica do CEDCA: A diretora executiva Rosa Barros,  
23                          Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Evanildo  
24                          Sá, Irani do Carmo, João Vianey, Ana Elizabeth Harle de Castro, e o convidado: Profº  
25                          Dr. Luís de La Mora. A presente Assembleia Ordinária firmou como objetivo viabilizar  
26                          reflexões e aprofundamento de conhecimentos com foco na complementaridade  
27                          institucional, entendida pela pluralidade de papéis e de identidades dos Conselhos e  
28                          Conselheiros de Direitos em espaço democrático de atuação; refletir, ainda, sobre a  
29                          complementaridade na construção de políticas públicas, tomando como princípio a  
30                          convergência dos objetivos como basilar à atuação dos Conselhos de Direitos da  
31                          Criança e do Adolescente. Após verificar o quórum, a Presidente do Conselho procedeu  
32                          a apresentação do palestrante Prof. Dr. Luis de La Mora - Doutor em Sociologia pela  
33                          Universidade de Paris - Sorbonne. Especialista em Urbanismo, Instituto de Urbanismo  
34                          de Paris. Professor Aposentado - Associado I - UFPE. Coordenador da Comunidade

35 Interdisciplinar de Ação Pesquisa e Aprendizado - CIAPA, unidade de produção  
36 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e à Comissão  
37 de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Ex-Presidente da FEBEM, no Governo de  
38 Miguel Arraes (1987/1989). Ex-Presidente do Conselho Estadual e Municipal de Recife  
39 (anos 90). Ex-Secretário Executivo de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife,  
40 década de 1990. Autor de livro sobre 10 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.  
41 Prosseguindo, solicitou que os conselheiros e demais presentes se apresentassem e,  
42 logo após, passou a palavra ao palestrante. Dando início, o professor esclareceu que o  
43 trabalho que se propõe realizar não se trata de uma palestra, mas de uma conversa,  
44 cujo o espaço de fala a ele é familiar, dada sua presença histórica no Conselho.  
45 Seguindo os registros de memória, o palestrante, reafirmou sua participação na  
46 elaboração dos marcos normativos que constituíram o Conselho, referindo-se ao  
47 cuidado para caracterizá-lo como órgão com competência para formular, coordenar,  
48 controlar e fiscalizar a execução da política de atendimento à criança e adolescente no  
49 estado de Pernambuco. Acrescentou que o momento histórico era favorável e que a  
50 introdução do Art. 227 na Constituição Federal, afirmado a doutrina da prioridade  
51 absoluta e do Art. 204 que assegura a participação da população, por meio de  
52 organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em  
53 todos os níveis, foram basilares na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.  
54 Sintetizou, afirmado que a luta estava centrada no rompimento com a cultura  
55 assistencialista, paternalista e repressiva como diretriz estruturante da política para  
56 crianças e adolescente. Acrescentou que na condução da política a sociedade e os  
57 órgãos de governo devem estar integrados. Afirmou ainda, que para integrar se faz  
58 necessário identificar potencialidades e colocá-las a serviço da construção coletiva.  
59 Para construção de políticas dialogadas implica, também, tratar os movimentos sociais  
60 com respeito, não domesticá-los e colocar a serviço do governo. Afirma, que no  
61 momento conturbado pelo qual passa o País, é imprescindível identificar a necessidade  
62 da luta pela manutenção do Estatuto, garantir as causas pétreas, da prioridade absoluta  
63 e a proteção integral. Expôs na sua apresentação três concepções de estado:  
64 clientelista, maniqueísta e consciente. Defendeu o estado consciente como aquele que  
65 administra em seus fundamentos a articulação, a colaboração e a cogestão conscientes.  
66 Acrescentou que defende a democracia, mesmo com suas imperfeições, porque diante  
67 das imperfeições ainda é o mais perfeito. Nesse sentido, chamou a atenção para

68 articulação equivocada, ou seja, quando se articular fragilidade com fragilidade. Advoga  
69 que se faz necessário articular a rigidez do estado com a flexibilidade da sociedade civil,  
70 respeitar as diferenças e articular as positividades, mediatizado pelo o elemento de  
71 convergência: a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Faz-se necessário  
72 tornar consciente que na promoção dos direitos de crianças e adolescente nós não  
73 somos os sujeitos, os sujeitos são eles, nós somos os instrumentos. Alertou, que a  
74 solução nem sempre vem de fora. Lembrou que as portas também se abrem e se  
75 fecham por dentro. Aconselhou que devemos empreender uma vigilância constante  
76 sobre o nosso sotaque materno, em favor da construção de uma segunda língua.  
77 Educar o clima de nossas hostilidades e tomar a decisão de mudar. Após a exposição  
78 dialogada, os conselheiros Daniel Pereira Barros e José Ricardo Carvalho da Silva,  
79 teceram reflexões, reafirmando a importância de se fortalecer o Conselho como espaço  
80 privilegiado de formação e construção de saberes coletivos. Na mesma acepção, a  
81 conselheira Danielle de Belli Claudino agradeceu ao palestrante, demarcando a  
82 importância do estudo para o momento atual. Por fim, esclarece que a fala de do  
83 Professor Luís de La Mora, além de ajudar na compreensão do momento atual pelo qual  
84 passa o Conselho nos seus nexos com o futuro, pode ser caracterizada como uma  
85 grandiosa aula sobre concepções de estado, melhor dizendo, uma verdadeira aula de  
86 Sociologia Política. Ainda no mesmo sentido a conselheira Tarciana dos Santos Castelo  
87 Branco, agradeceu ao palestrante e destacou a clareza e delicadeza com a qual resgata  
88 a construção histórica do Conselho, alertando para os desafios que foram postos e a  
89 necessidade de se rever algumas posturas observadas durante plenos passados.  
90 Prosseguindo, a técnica Irani do Carmo propôs para processo de formação subsequente  
91 a temática das políticas públicas estruturantes na efetivação dos direitos de crianças e  
92 adolescentes, com ênfase nas suas interfaces. Prosseguindo, a presidente agradece a  
93 presença e participação de todos (as), dando por encerrada a Assembleia.

94

95 Lourdes Viana Vinokur